



PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: ESTUDO DA DINÂMICA DA PRAÇA LOMANTO JUNIOR, NA CIDADE DE LAJE/BA

Juvânia Paixão Dos Santos

Pós-Graduada Do Curso De Especialização Em Gestão Da Inovação E Desenvolvimento Regional Pela Universidade Federal Do RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB.
E-mail: juvania02@hotmail.com¹.

RESUMO

Com o processo de urbanização as cidades são transformadas de acordo com as necessidades cotidianas da população de buscar melhores condições de vida. Partindo do pressuposto de que no planejamento e na gestão urbana é importante desenvolver estratégias que visem a organização do espaço, o objetivo deste trabalho é compreender como a construção da Praça Lomanto Junior, na pequena cidade de Laje, pode influenciar no desenvolvimento urbano da cidade e na melhoria das condições de vida da população. Buscando averiguar quais as potencialidades da construção da referida praça para dinamização do planejamento, e verificar se houve a participação social no processo de planejamento e construção da praça. Para o desenvolvimento do trabalho a proposta metodológica adotada compreende entrevistas semiestruturadas direcionadas a comerciantes e moradores locais. Também foi realizada revisão teórica abarcando autores clássicos e contemporâneos como: Lefebvre (1991); Corrêa (1995); Carlos (1994); Vitte (2009), dentre outros. Como resultado, nota-se que a Praça Lomanto Junior trouxe melhorias significativas para as condições de vida da população Lajista, pois a sua construção além de proporcionar melhor planejamento e gestão do espaço urbano, permitiu que a população tenha acesso a mais um espaço de lazer na cidade. O trabalho está estruturado em dois tópicos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro tópico apresenta uma revisão teórico-conceitual sobre o planejamento e a gestão urbana em cidades pequenas, e no segundo, aparecem os resultados e discussão da pesquisa.

Palavras-Chave: Planejamento Urbano. Gestão urbana. Praças públicas.

Introdução

Com o processo de urbanização e o crescimento populacional as cidades estão sendo transformadas de acordo com as necessidades cotidianas da população. Essas

¹Neste texto são reproduzidas algumas reflexões desenvolvidas na monografia da autora, intitulada “Planejamento e Gestão Urbana: Um estudo de caso da Praça Lomanto Junior, localizada na cidade de Laje/Ba”.



modificações são verificadas na expansão desordenada do espaço urbano e na necessidade de serviços básicos ligados aos meios de consumo coletivo, essenciais para a reprodução da vida social e a promoção da qualidade de vida.

Nessa perspectiva é importante entender os fenômenos que atuam na configuração espacial de uma cidade, visto que o processo de planejamento e gestão do espaço urbano no Brasil, desde o período da colonização, é moldado em benefício dos interesses da classe dominante e da reprodução do capital, enquanto que as classes populares sobrevivem às margens da sociedade, na pobreza e na segregação.

Nesse contexto, Laje/BA é uma cidade pequena localizada no território de identidade do Vale de Jiquiriçá, que também precisa de ordenamento territorial para uma melhor organização do seu espaço, haja vista que atualmente apresenta uma população de mais de 23 mil habitantes. Habitantes estes que necessitam da implementação de políticas públicas de planejamento voltadas para as atividades ligadas ao lazer e ao bem-estar social; afinal, o planejamento urbano deve promover políticas e ações importantes para o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida da população.

Essa dimensão, aliada à implementação de políticas públicas inovadoras de ordenamento territorial, de valorização do local e mesmo a oferta de serviços públicos básicos de qualidade, pode ocasionar melhorias nas condições de vida da população. Entre esses fatores encontra-se a forma como a população lajista vivencia seu cotidiano, especialmente em relação ao tempo livre, diante da construção de espaços públicos e de atividades planejadas para o lazer. Pois, o lazer é uma atividade de extrema importância, uma vez que o indivíduo necessita de momentos de descanso para manutenção de seu bem-estar.

As praças públicas, por serem espaços de convívio social e cultural, são elementos imprescindíveis no espaço urbano, principalmente em cidades pequenas, onde a população não tem alternativas de lazer que gere o seu bem-estar e qualidade da saúde física e mental. Nesse contexto, se insere a Praça Lomanto Junior, em Laje, um



espaço localizado no centro da cidade onde as pessoas se reúnem principalmente à noite e nos finais de semana a fim de desenvolverem atividades de entretenimento. Além disso, a praça também serve como local de comércio informal e ponto de encontro dos alunos que saem das escolas e se aglomeram no local com o intuito de esperar o transporte escolar para retornarem para suas casas.

A Praça Lomanto Junior é resultado de uma política urbana, a mesma está localizada em uma área que possui quiosques, banheiros públicos, parque para crianças, área de estacionamento etc.; por isso atrai os moradores de diversos locais da cidade, a fim de desfrutar de momentos de tranquilidade e lazer. A mesma se apresenta como um espaço “novo” haja vista que na cidade não existe outro espaço público de uso coletivo que proporcione à população momentos de lazer e diversão.

O estudo das praças a partir dos equipamentos disponibilizados pode nos levar a entender como a gestão pública vem pensando esses espaços e estabelecendo suas funções de uso e apropriação. Portanto, a pertinência deste estudo está em ressaltar a importância do planejamento para a gestão urbana, destacando a Praça Lomanto Junior como um espaço público de expressão da vida coletiva da cidade. A justificativa desta pesquisa parte de algumas inquietações sobre o tema, especificamente em discutir sobre a produção do espaço urbano e as possibilidades de se pensar o planejamento e a gestão como propulsores de melhores condições de vida, discussões importantes no âmbito da ciência geográfica e da produção do conhecimento científico. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender como a construção da Praça Lomanto Junior pode influenciar no planejamento urbano da cidade e na melhoria das condições de vida da população.

A proposta metodológica para a realização desse estudo compreende uma pesquisa de caráter qualitativo que utiliza o método investigativo considerando uma melhor apreensão do objeto de estudo, cuja temática se desdobra em torno da compreensão acerca da importância do planejamento urbano na melhoria das condições de vida e do desenvolvimento local. Para a produção da pesquisa foi realizada



primeiramente uma revisão bibliográfica, seguida de pesquisa documental a partir da análise do PDDU e da Lei Orgânica do Município; também foi feita uma pesquisa *in loco*, para a tomada de fotografias e coleta de dados, utilizando-se como instrumento de coleta a realização de entrevistas semiestruturadas direcionadas a moradores e comerciantes locais selecionados.

No que diz respeito ao tratamento dos dados coletados durante a pesquisa de campo é importante enfatizar que com a finalidade de alcançar os objetivos do estudo, os mesmos foram abordados a partir de análise das “falas” dos entrevistados, visando captar a percepção dos agentes sociais acerca dos questionamentos propostos.

Planejamento e gestão urbana em cidades pequenas

O Brasil, como grande parte dos países periféricos, passou por um acelerado processo de industrialização/urbanização, aumentando rapidamente o número de habitantes nas cidades. Esse processo de expansão ocorreu sem que houvesse planejamento urbano adequado, levando ao surgimento de diversos problemas sociais, sobretudo, no que se refere à carência de serviços básicos de uso coletivo.

Nessa perspectiva, o surgimento de problemas urbanos indica a diversidade de demandas que configuram a realidade urbana, envolvendo um conjunto de interesses e necessidades dos grupos sociais. Ele também manifesta os conflitos decorrentes da apropriação desigual dos benefícios coletivos ofertados no espaço urbano da cidade, uma vez que a população de menor poder aquisitivo é a mais prejudicada, pois habitam espaços desprovidos da infraestrutura básica necessária para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social.

Corrêa (1995, p. 9) define que “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, é um conjunto de símbolos e um campo de lutas sociais”; é resultado de ações acumuladas e engendradas por agentes que



produzem o espaço. Esses agentes, sobretudo o Estado, atuam como modeladores do espaço urbano, pois atuam diretamente na regulação do solo. Pelo fato de o Estado ser o principal responsável pela implementação de serviços públicos, no desenvolvimento de suas estratégias acaba criando mecanismos que reforçam a segregação, visto que sua atuação no espaço urbano é marcada por conflitos e interesses relacionados às classes dominantes. Dessa forma, Corrêa (1995, p. 26) ressalta que:

[...] é preciso considerar que a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada um destes níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante a municipalidade de poderes sobre o espaço urbano, poderes que advêm ao que parece de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os atores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais.

Nesse sentido, a atuação dos agentes que modelam o espaço urbano é instituída por práticas e interesses que levam a um constante processo de reordenamento espacial, no intuito de interferir estrategicamente na produção do espaço urbano. Ou seja, a atuação desses agentes acontece de forma desigual e combinada criando e reforçando a segregação presente na cidade capitalista. Portanto, o processo de produção do espaço urbano é determinado a partir das necessidades de sobrevivência da sociedade, estabelecidas nas suas práticas cotidianas. Para Lefebvre (1991), o cotidiano é uma construção que caracteriza como se organiza a sociedade em busca do direito à cidade, que se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização e à habitação. Assim, a cidade seria a obra perpétua de seus habitantes, o que contraria a ideia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento.



A vida cotidiana na cidade é construída a partir das estratégias que os habitantes desenvolvem para planejar e conceder o seu espaço de habitação. É o lugar onde se dá a imposição da necessidade de buscar a qualidade de vida. Nesse sentido, o espaço urbano passa a ser modificado com base nas necessidades básicas e exigências práticas da sociedade.

Nessa perspectiva, é importante entender os fenômenos que atuam na configuração espacial de uma cidade, visto que o processo de planejamento e gestão do espaço urbano é moldado em benefício, sobretudo, dos interesses da classe dominante visando à reprodução do capital, enquanto que as classes populares sobrevivem às margens da própria cidade, na pobreza e na segregação. Assim, “o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1994, p. 45).

De acordo com Cavalcanti (2012), discutir sobre políticas públicas é entender como se dá o processo de elaboração (formulação, implementação e avaliação) e participação dos atores sociais no processo decisório. É, portanto, investigar: como a política foi elaborada e implementada? Quais os interesses que está por trás da efetivação dessa política? Quem participou da elaboração e quais as consequências dessa política na vida da população beneficiada? Dessa forma, discutir política urbana é entender o que o Estado está fazendo ou não, indagando suas causas, efeitos e processos.

De acordo com a afirmação de Vitte (2009), o planejamento urbano é entendido como um processo político de tomada de decisão sobre o processo de urbanização, decisão esta que se manifesta por meio de políticas urbanas. Sendo assim, a política urbana é a manifestação do processo de planejamento urbano que acontece em cada cidade através de ações urbanísticas, envolvendo um conjunto de prioridades, escolhas e interesses. Nesse contexto, o planejamento urbano seria “uma forma de garantir a



eficácia do funcionamento da engrenagem urbana consequentemente pelas políticas públicas da gestão da cidade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 80).

Segundo Souza (2004), o planejamento urbano em nosso país, ao longo do processo histórico, foi direcionado para representar a manutenção da ordem econômica e social, beneficiando uma pequena classe, geralmente detentora de maior poder aquisitivo, que relaciona o planejamento com o interesse de incrementar seu capital através de ações de controle e dominação. Dessa forma, se tratando da construção de uma praça pública, resulta do somatório de mais uma estratégia dessas classes para controlar as massas e garantir a sua estabilidade social.

De acordo com Santos (2013), o “Estatuto da Cidade” é um instrumento que auxilia a gestão na democratização dos processos decisórios e nas ações relativas à gestão da cidade por parte do poder público, uma vez que a qualidade de vida urbana depende muito da capacidade da gestão local de exercer o planejamento e o controle do território da cidade, da sua estruturação, para programar políticas e fiscalizar o cumprimento da regulação urbana e sua capacidade de investimento em equipamentos, serviços e infraestrutura.

De acordo com Rolnik (2010), é papel dos municípios garantir a implementação de políticas que tragam melhorias para a população. Todavia, para que isso aconteça é essencial a mobilização de instrumentos em seus Planos Diretores que favoreçam no desenvolvimento das mesmas. Esse é um fator que precisa ser reestruturado na cidade de Laje, para que haja melhor organização do espaço urbano, e os objetivos fundamentados no Plano Diretor possam ser executados de forma mais eficaz para que os resultados sejam alcançados, atendendo as necessidades da população e garantindo seus direitos a melhores condições de vida.

Quando se aborda sobre planejamento urbano é preciso discutir sobre Plano Diretor Urbano (PDU), enfatizando que na escala municipal há diferentes denominações para os planos criados em conjunto com o Estatuto da Cidade, dentre os principais é preponderante citar: o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano Diretor Urbano (PDU)



também conhecido como Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Planejamento Estratégico Municipal (PEM), dentre outros.

Segundo Santos (2013), os municípios que possuem mais de vinte mil habitantes, deve elaborar o Plano Diretor Urbano (PDU), instrumento através do qual a gestão municipal se fundamenta no que diz respeito ao crescimento e outras questões referentes à cidade e a implementação de políticas urbanas. Tem como principal objetivo orientar as políticas de desenvolvimento e expansão urbana buscando adequar as necessidades dos cidadãos à qualidade de vida. Já no que se refere ao PDM ou PEM existem em alguns municípios, onde são fundamentados como uma ferramenta para afrontar a problemática urbana e possibilitar agir sobre as populações e os territórios; a desigualdade, a pobreza e a informalidade; sobre as infraestruturas urbanas e a mobilidade.

Reforçando as discussões sobre planejamento urbano é importante ressaltar o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, que destaca o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano como instrumento de política urbana obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes; aos integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanas; situados em áreas de interesse turístico, e aos localizados em áreas de grandes empreendimentos e impactos ambientais (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Portanto, o PDDU consiste num importante instrumento de planejamento em que os diferentes segmentos da sociedade devem participar ao longo do processo de elaboração, análise, execução e avaliação.

Segundo Vitte (2009), o Plano Diretor é um instrumento central da política urbana na esfera local, é objeto de uma proposta social que visa transformar a sociedade e garantir o bem-estar dos cidadãos. É um instrumento por excelência de execução da política urbana na esfera local com o papel de ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto a sua qualidade de vida e ao desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, o Plano Diretor é a “ferramenta” que o gestor público utiliza



para realizar intervenções urbanísticas no espaço urbano, no intuito de criar condições favoráveis ao incremento dos mercados imobiliários para atender os interesses capitalistas.

Portanto, o espaço urbano da cidade aparece como uma concentração de construções estáticas e diferenciadas, de pessoas em movimento, de meios de circulação, de ruas asfaltadas com redes de esgoto, escolas, postos de saúde que em conjunto induzem a valorização imobiliária. Em suma, é um *lócus* dinâmico de atividades exercidas por pessoas de acordo com suas necessidades sociais, vinculadas diretamente ao processo de produção capitalista.

Dessa forma, o planejamento e a gestão urbana vêm sendo cada vez mais uma ferramenta utilizada pelos gestores, seja no âmbito público ou privado para planejar ações estratégicas. O planejamento é um processo da gestão que facilita a sistematização de objetivos e metas organizacionais, é um meio para programar ações efetivas, mas é também uma estratégia de organização do espaço urbano. Portanto, para administrar bem, é preciso planejar ações visando a melhoria das condições de vida da população.

Nessa perspectiva, o urbano não deve ser apenas um espaço onde as pessoas sistematizam seu modo de vida e estabelecem suas práticas cotidianas, e sim deve ser construído com base em ações de planejamento, tratando de políticas, bens e serviços como rede de água, energia, esgoto, acesso a transporte, educação, saúde, lazer, emprego, ou seja, serviços que contribuam para a melhoria da qualidade e das condições de vida da população.

Resultados e discussões da pesquisa: a realidade encontrada na Praça Lomanto Junior, em Laje-BA



A partir daqui tratamos dos resultados da pesquisa e da caracterização do objeto de estudo e sua localização (Figura 1). Além disso, serão apresentados os dados coletados durante a pesquisa de campo, a partir da compreensão de que forma a construção da Praça Lomanto Junior contribuiu para a política do planejamento urbano e para a melhoria das condições de vida da população lajista.

De Santini (2003) destaca que a utilização de praças pode ser considerada como um índice positivo na qualidade de vida urbana, desde que esses espaços sejam adequados para sua compatibilização com os aspectos cruciais da vida contemporânea e, principalmente, com o lazer. Portanto, as políticas públicas voltadas para o lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito social ao lazer, a terem acesso aos bens de consumo, assim como, aos equipamentos direcionados ao lazer.

É a partir desse contexto que surge a necessidade da intervenção da gestão municipal no desenvolvimento de políticas efetivas voltadas para o planejamento urbano da cidade que venha atender às necessidades da população, além de promover ações para atingir melhores condições de vida e bem-estar social.

Figura 1 - Cidade de Laje-BA: localização da Praça Lomanto Junior.



Fonte: Elaborado por Uelington Peixoto (2016), baseado na Ortofotos (CONDER, Logradouros (CONDER, 1998). Encarte: Fotografia do PDDU (2013). Fotografias: Arquivo da autora com base no trabalho de campo, novembro 2016.

Sendo assim, Vitte (2009) destaca que a política de planejamento urbano é um instrumento público de controle das relações sociais, que se materializa mediante medidas e procedimentos de disciplinamento e regulamentação da ação dos agentes públicos e privados que atuam no processo de produção do espaço urbano. Portanto, as políticas de planejamento urbano são resultados das estratégias adotadas para estruturar a cidade mediante os interesses de alguns integrantes da sociedade.

Nesse sentido, a implementação de Políticas Públicas deve envolver ações e procedimentos coletivos que visam a garantia de direitos sociais, configurando um compromisso público com fins de atender determinada demanda. É a transformação em ações coletivas no espaço público, permitindo estudar o espaço social antes da



implementação. Está relacionada com questões de liberdade e igualdade, ao direito à satisfação de necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte, lazer etc.

Nesse contexto, se insere a Praça Lomanto Junior, um espaço público de uso coletivo localizado no centro da cidade de Laje, que foi concebida a partir de uma política urbana. A referida praça, além de ser um espaço voltado principalmente para o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer, é também um espaço de convívio social. Bem como, é um espaço de diversão e entretenimento (Figura 2). De acordo com relatos dos entrevistados, a construção da Praça Lomanto Junior trouxe melhorias para as condições de vida da população local, pois:

Eu acho que trouxe melhoria sim! Trouxe o lazer que antes a cidade não tinha, aumentou a aglomeração das pessoas, principalmente aos sábados e domingos, tem os quiosques que vai dinamizar o comércio. Essa praça é local de encontro das famílias no final de semana, as pessoas podem armar suas barracas e ganhar um dinheirinho extra, essa praça é um espaço de recreação para a comunidade! Eu como comerciante acho que ela é algo positivo para a cidade (Comerciante A).

A praça pública pode ser definida como um espaço público que potencializa a identidade urbana e as experiências cotidianas da população. Assim, a construção de praças públicas deve ser proporcional ao crescimento das cidades e ao atendimento das necessidades da população, para que estas permitam condições de vida a seus habitantes, bem com a disponibilidade de espaços para o desenvolvimento de práticas sociais e comunitárias, questões inerentes à vida em sociedade. Nessa perspectiva, uma moradora afirma que:

Eu acho que essa praça trouxe benefício sim, tem os brinquedos que chamam a atenção das crianças... Tem *Wifi* livre que atrai a garotada, principalmente aqueles que não têm internet em casa, ajuda também a vida dos barraqueiros que colocam suas barracas, e tem também as festas tradicionais que são feitas sempre aqui, por exemplo, o nosso São João! (Moradora local).



A partir do relato da moradora nota-se que devemos reconhecer o importante papel social que as praças públicas exercem como equipamentos públicos a receberem atenção das políticas de planejamento urbano e para a promoção da sociabilidade. O espaço urbano precisa oferecer condições dignas de sobrevivência, ele deve ser planejado como uma concentração de serviços básicos que induzem o atendimento das necessidades sociais coletivas.

Figura 2 - Crianças brincando no parquinho da Praça Lomanto Junior



Fonte: Acervo da autora, novembro de 2016.

Portanto, esta é a realidade vivenciada na Praça Lomanto Júnior, pois desde a sua construção a mesma é palco da realização de diversas atividades envolvendo lazer, ponto de encontro de familiares e estudantes, dinamização do comércio informal por meio, principalmente, da venda de roupas em dias de feira-livre etc. (Figura 3).



Figura 3 - Dinamização do comércio informal no entorno da Praça Lomanto Junior



Fonte: Acervo da autora, novembro de 2016.

Segundo Font (2003), a praça pública é um espaço de reunião, construída para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espaço para pedestres, e é palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade; além de abrigar, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras.

Para Macedo (1999) as praças são espaços de convívio social onde as famílias podem interagir. Nesses locais as crianças são levadas para usufruírem de parques, crianças maiores e jovens vão jogar ou patinar, os mais velhos vão jogar cartas ou jogos, cachorros são conduzidos por seus donos para o passeio diário, além de outras atividades. Isso significa que a participação da comunidade na gestão e no planejamento do território é essencial para que os problemas sejam diagnosticados com maior



facilidade, e conseqüentemente, as possíveis soluções sejam mais condizentes com a realidade.

Sendo assim, no seu processo de construção, deve haver a participação popular ativa para a tomada de decisões. Acreditando na importância da participação popular no processo decisório e de implementação das políticas públicas, principalmente quando se trata da construção de praças públicas, foram feitos alguns questionamentos à população local acerca de que forma eles participaram do processo de construção e implementação da Praça Lomanto Junior; eles responderam que houve a participação popular, contudo, não foi de forma efetiva e que a infraestrutura da praça poderia atender às necessidades da população de forma mais significativa caso tivesse maior participação popular.

Sabemos que envolver a participação popular não é simplesmente participar de reuniões, uma vez que isso por si só não significa que a demanda da população será atendida, pois, cada política pública possui uma característica particular, visto que é permeada por jogos de interesses e de poder entre os atores envolvidos no processo de formulação e implementação. Para tanto, é obrigatório envolver a participação popular, pois a coletividade assume papel fundamental na elaboração das políticas públicas (formulação, implementação, avaliação) em todos os campos e esferas. Ou seja, é preciso que a população tome decisões que possam contribuir para a melhoria da sua condição de vida.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de ações e políticas de planejamento e gestão envolvendo a participação da comunidade é importante para solucionar problemas. Portanto, os gestores precisam desenvolver ações diferenciadas que venham contribuir para melhorias das condições de vida dos moradores. Ou seja, no processo de planejamento do espaço urbano, as decisões devem ser focadas diretamente para infraestrutura urbana e para melhoria das condições de vida da população. Tais questões amparadas por políticas municipais de zoneamento podem determinar o planejamento e se haverá crescimento físico de uma área urbana ou não.



Considerações finais

A realização desta pesquisa foi relevante para a compreensão da relação que o planejamento e a gestão urbana exercem no desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida da população da cidade de Laje-BA. Assim, as estratégias adotadas no processo de ordenamento territorial devem envolver a participação popular visando atender as reais necessidades básicas da população.

Portanto, a garantia de determinados equipamentos e serviços públicos devem ser fundamento para a melhoria das condições de vida da população. O acesso ao lazer é de suma importância para o bem estar social, pois ele envolve um conjunto de benefícios dos quais a população da cidade necessita para usufruir de condições mínimas de vida.

Nesse contexto, é importante ressaltar ainda que a Praça Lomanto Junior trouxe melhorias significativas para as condições de vida da população. Bem como, a construção da mesma possibilitou maior dinamismo local, social, econômico e cultural. A população passou a usufruir de um espaço de lazer para desenvolver suas práticas cotidianas essenciais para a saúde e o bem estar. Nota-se também que a participação social é fundamental para o controle e o acompanhamento das políticas de planejamento urbano, pois a sociedade deve atuar como agente fiscalizador do sistema que rege as políticas públicas.

Nessa perspectiva, é importante que o planejamento esteja presente em todas as atividades que envolvem a organização interna da cidade. Com o planejamento e a gestão urbana podemos sistematizar ideias para serem desenvolvidas no futuro. Todavia, é necessário o desenvolvimento de políticas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, que possibilitem, de fato, a participação política e o exercício da cidadania. Sua finalidade deve ser pautada no acompanhamento do bem



estar da população, na redução das desigualdades sociais e na garantia da justiça à coletividade.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática S.A, 1995.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

FONT, Mauro. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: < www.escavador.com/sobre/756057/mauro-font >. Acesso em: 12/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 12/10/2016.

LEFEVBRE. Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora: Moraes, 1991.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE. **Laje**. 2016. Disponível em: < <http://www.laje.ba.gov.br> >. Acesso em: setembro de 2016.

ROLNIK, Raquel. (Org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?: Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. Ministério das Cidades Brasília, 2010, p.1-69, 2010b. Disponível em : <file:///E:/Cartilha_-_Minha_Casa_Minha_Vida.pdf(cartilha)>. Acesso em: 22/03/2014.

SANTINI, Rita de Cassia Giraldi. **Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo: Angelotti, 2003.

SANTOS, Lucineide Ferreira. **O Conjunto Habitacional Loteamento Serra Vale no contexto da Política Habitacional em Mutuípe/BA**. Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2013.



SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**- Coleção sociedade, espaço e tempo. São Paulo; UNESP, 2004.

VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (Org.) **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão urbana**: discussões teóricas-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.